

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 13, NÚMERO 5 - JULHO



Defesa agropecuária: luz no fim do curral?

DEFESA AGROPECUÁRIA

A Operação "Carne Fraca" e o debate sobre defesa agropecuária no Brasil

RASTREABILIDADE

Rastreabilidade bovina: um caso de êxito no Uruguai

MERCOSUL

Por uma unidade regional de análise de risco sanitário de alimentos



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 13, NÚMERO 5 - JULHO

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

COORDENAÇÃO

Fabrice Lehmann

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Daniela Alfaro

Rodrigo Fagundes Cezar

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

DESENVOLVIMENTO

4 **A conjuntura econômica e social brasileira no século XXI**

Amado Luiz Cervo

BARREIRAS SANITÁRIAS

8 **A carne fraca no Brasil**

Fernanda Kesrouani Lemos, Jogi Humberto Oshiai

DEFESA AGROPECUÁRIA

12 **A Operação "Carne Fraca" e o debate sobre defesa agropecuária no Brasil**

Eduardo Vieira

RASTREABILIDADE

16 **Rastreabilidade bovina: um caso de êxito no Uruguai**

María Nela González

MERCOSUL

19 **Por uma unidade regional de análise de risco sanitário de alimentos**

Gustavo Idígoras

24 **Publicações**

As fraquezas da carne



O setor da carne bovina representa como poucos as contradições do Brasil. Usado costumeiramente para exemplificar nossas vantagens comparativas, foi também o receptor de vultosos investimentos públicos que o transformaram significativamente. Impulsionado pela visão de líderes pertencentes aos diversos elos da cadeia agroindustrial, o setor sofre com as acusações de praticar uma forma de empreendedorismo extrativista tão comum em países em desenvolvimento. Referência na pauta nacional de exportações, tornou-se um motivo de preocupação não apenas para especialistas dedicados à análise dos padrões de comércio exterior, como também para milhões de consumidores – e cidadãos – brasileiros.

Por isso, os últimos acontecimentos no setor nos permitem debater a natureza da inserção comercial do Brasil nos dias atuais. Vencida a etapa de autoestima e ambições elevadas que caracterizou a década passada, faz-se necessário evitar conclusões maniqueístas. Seja por suas fortalezas ou fraquezas, o exemplo da carne bovina ilustra os consideráveis desafios adiante.

Embora o país tenha conquistado uma posição privilegiada no mercado internacional, o que está em discussão é um modelo de sociedade. Afinal, a construção de um complexo institucional capaz de tranquilizar os milhões de compradores da carne brasileira ao redor do mundo somente será efetivo caso incorpore entre suas prioridades o respeito aos direitos básicos dos cidadãos de nosso país.

O presente número do Pontes oferece a você, prezado(a) leitor(a), artigos que refletem sobre o significado dos escândalos recentes no setor da carne bovina brasileira. A seguir, especialistas de reconhecida trajetória discutirão uma série de desdobramentos do caso, demonstrando as implicações da atual polêmica para o comércio e política industrial do Brasil.

Ademais, duas contribuições abordam as conquistas e reveses de nossos vizinhos no Cone Sul. Menos de duas décadas atrás, Argentina e Uruguai tiveram que lidar com o desafio da febre aftosa. Além de fechar mercados, o caso levantou suspeitas sobre a capacidade de ambos os países de estabelecer um conjunto de regras capaz de transmitir confiança aos compradores internacionais. Dessa maneira, podemos aprender com sua trajetória de recuperação – e as muitas dificuldades enfrentadas pelo caminho.

As páginas que seguem são apenas uma inspiração para o debate. Sendo assim, reforçamos o convite. Deixando um comentário no [site](#) do Pontes ou escrevendo um [e-mail](#) aos membros de nossa Equipe Editorial, você contribuirá diretamente com a escolha dos próximos temas aqui discutidos.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

DESENVOLVIMENTO

A conjuntura econômica e social brasileira no século XXI

Amado Luiz Cervo

Por meio de uma análise do histórico dos paradigmas de desenvolvimento, o autor discute as principais fragilidades e potencialidades relacionadas ao paradigma que considera característico do século XXI – o logístico – e pontua os desafios que se colocam ao Brasil nesse contexto.

Sem olhar para o passado, torna-se difícil no Brasil entender a conjuntura recente ou presente. A força dos paradigmas históricos propicia inteligibilidade e explicação para a conjuntura, como também aponta para tendências da evolução futura.

Em nossos estudos aprofundamos a análise paradigmática, exposta sucintamente a seguir. Dos anos 1930 ao presente, três paradigmas históricos serviram de guia para o traçado de estratégias de desenvolvimento. Foram eles: o paradigma desenvolvimentista, o longo paradigma do século XX, que se estende dos anos 1930 aos anos 1980; o paradigma neoliberal da década de 1990; e o paradigma, que denomino logístico, no século XXI. No fundo, todos os três perseguiram e perseguem o desenvolvimento econômico nacional, cada qual a seu modo, envolvendo Estado e sociedade no desígnio maior de promover o crescimento econômico e o bem-estar do povo.

A força dos paradigmas decorre de sua capacidade propulsora do desenvolvimento, uma vez que agregam interno e externo, política exterior, negociação diplomática e movimentos de agentes não governamentais, sobretudo os agentes dinâmicos da sociedade, empresariado, instituições de pesquisa, associações de classe e agentes financeiros. Três parâmetros compõem os elementos propulsores: racionalidade das decisões, continuidade de ação e resultados concretos correspondentes.

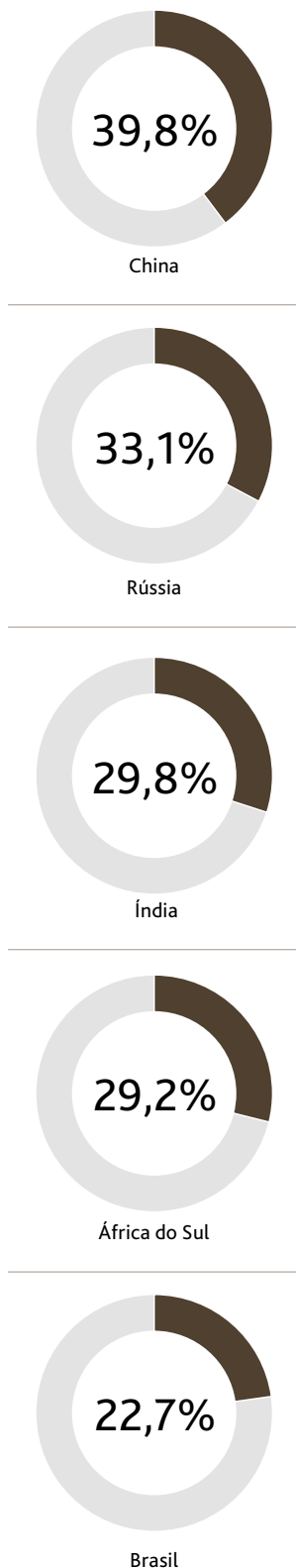
Dos anos 1930 aos anos 1980, o Brasil implantou, destarte, o maior parque industrial entre os países da América Latina e criou uma agricultura robusta, que atinge o mais alto grau de produtividade sistêmica global. Vargas arrancou o país do modelo agroexportador que prevalecia desde a independência, Kubitschek espalhou as fábricas pelo país e Geisel dotou o processo de insumos, fomentando a indústria de base. Os outros governos se alinharam a tais desígnios ou estiveram apenas pensando no que fazer.

Nos anos 1990, sob a égide do neoliberalismo, que estava na moda em toda a América Latina, o sistema produtivo e de serviços viu-se na contingência de elevar sua competitividade para enfrentar a concorrência externa que penetrava pelas portas da abertura do mercado de consumo interno. A privatização de empresas estatais localiza-se na origem do paradigma do Estado logístico, conceito que lançamos como categoria analítica e epistemológica, pois que se presta a orientar a pesquisa, produzir a explicação e condensar o conhecimento da realidade.

O paradigma logístico que prevalece no século XXI apresenta três elementos constitutivos: a cooperação entre Estado e sociedade, a confiança da sociedade no Estado, enfim, a internacionalização da economia brasileira, uma estratégia de ação requerida pela era da globalização. Sem a presença desses componentes, esmorece sua força propulsora. A funcionalidade do Estado se transforma radicalmente sob a égide do paradigma logístico.

Ao invés de carregar a sociedade nas costas, como fazia por meio da estatização econômica à época do desenvolvimentismo, ao invés de deixá-la à mercê de forças externas, como procediam os neoliberais dos anos 1990, a funcionalidade logística do Estado, no século XXI, faz prevalecer dois aspectos. Por um lado, cabe ao Estado apontar ou criar oportunidades para que os agentes dinâmicos da sociedade realizem seus interesses

Participação da indústria no PIB



Fonte: CIA (2016)

setoriais. Por outro, cabe também ao Estado harmonizar esses interesses setoriais em um superior interesse nacional, não permitindo que um segmento imponha a exclusividade de seus interesses sobre os outros e promova o desequilíbrio. De tal modo que agricultura, indústria e serviços, produtores e consumidores, se beneficiem simultaneamente tanto da conduta do Estado quanto da ação dos agentes da sociedade. Esse paradigma logístico supõe elevada capacidade de gestão por parte do Estado, que se fortalece, para manter a confiança da sociedade, como ocorria sob o governo de Lula da Silva. Conduz ao declínio econômico, senão ao desastre econômico e social, quando a gestão pública se deteriora, como ocorria sob o governo de Dilma Rousseff.

A fraqueza dos paradigmas históricos

O processo de desenvolvimento brasileiro manteve uma continuidade ao longo do tempo, precisamente em razão desses paradigmas históricos, que fixam estratégias de ação envolvendo Estado e sociedade, conferindo a tais estratégias racionalidade e continuidade. O resultado é perceptível em termos comparativos latino-americanos: superioridade da indústria nacional e provimento de melhorias quanto ao nível de emprego, renda e bem-estar para as massas urbanas – com o que sonhara Vargas ao desencadear a onda paradigmática.

Contudo, esse processo padeceu de um mal congênito, que perdura dos anos 1930 a nossos dias: escassez de invenção tecnológica e inovação produtiva. Esse mal tolhe ao processo histórico sua capacidade de elevar a produtividade nacional ao nível do desempenho sistêmico exibido pelas nações avançadas. Reprime a competitividade. Um desenvolvimento inconcluso. Enquanto não se agregar o apoio estratégico e contínuo do Estado à inovação tecnológica, enquanto a sociedade não despertar para tal necessidade, o Brasil permanecerá um país em desenvolvimento. Para fins ilustrativos: segundo ranking de instituições de pesquisa sobre competitividade, entre 63 nações, o Brasil ocupava a posição 61, atrás apenas de Venezuela e Mongólia.

Por certo, o agronegócio fez sua parte, mas a indústria não o fez. A industrialização da economia brasileira, com efeito, foi tocada por insumos externos de três categorias: capitais, empresas e tecnologias. Onde estão as marcas brasileiras? Raras exceções, que ocorrem com a siderurgia, a mineração e algumas empresas industriais, como Embraer, Tramontina, Porcelana Schmidt, WEG e Alpargatas geraram tecnologia própria e aplicaram-na. De resto, a empresa nacional é indolente ou inexistente. A industrialização fez-se por empresas estrangeiras, que se instalam no país com sua própria tecnologia.

No século XXI, entretanto, um salto de qualidade ocorreu no processo de desenvolvimento econômico brasileiro: a internacionalização de empresas nacionais. Até então, o desenvolvimento caracterizava-se pela nacionalização da economia internacional. Passa à internacionalização da economia nacional. Os investimentos estrangeiros diretos (IED) no exterior, que se movimentavam em sentido único, de fora para o Brasil, movimentam-se, desde então em sentido inverso também, destinando-se centenas de bilhões de dólares de investimentos diretos brasileiros aos mercados externos.

Os IED brasileiros no exterior tomaram o rumo da vizinhança: no início, alcançaram América do Norte, África, China e finalmente chegaram a países da União Europeia

[o desenvolvimento brasileiro] padeceu de um mal congênito: escassez de invenção tecnológica e inovação produtiva. (...) Enquanto não se agregar o apoio estratégico e contínuo do Estado à inovação tecnológica, (...) o Brasil permanecerá um país em desenvolvimento.

Estoque de investimento brasileiro direto

2015

**US\$ 282,95
bilhões**

2011

**US\$ 281,06
bilhões**

2007

**US\$ 197,25
bilhões**

Fonte: Banco Central (2017)

(UE). Seria confortante pensar que essas empresas brasileiras instaladas no exterior, forçadas a operar em condições de produtividade sistêmica, trouxessem a inovação para suas matrizes. O declínio econômico e social provocado pela degradação do paradigma logístico, em razão da baixa qualidade da gestão pública, não só manteve essas empresas do lado de fora, sem olhar para trás, como ainda espantou investidores estrangeiros que para cá afluíam anteriormente.

A conjuntura do século XXI

No século XXI, consolida-se a transnacionalidade em termos globais. Novos agentes, embora existissem antes em grau menor, provindos da sociedade, tendem a estabelecer novos vínculos entre as nações, consubstanciados no que os internacionalistas chamam de interdependência ou globalização. Esses nexos entre nações fortalecem a funcionalidade do Estado por outras vias: de produtor ou inovador, para regulador❶.

Três males projetam-se sobre a economia e a sociedade brasileiras com o avançar do século XXI: a baixa qualidade da gestão pública, ou seja, a queda da função logística do Estado; o sistema de governo de coalizão, que passa a emperrar a eficiência da gestão; enfim, a corrupção que penetrou em cheio no grupo dirigente. Apodreceu primeiro o Estado, a sociedade depois, por pressão do primeiro. É uma covardia intelectual atribuir a esses males causalidades externas, ao invés de localizá-las internamente, onde de fato residem.

Dentre os males, o sistema de governo de coalizão, que se arrasta desde o início do século, prolonga o efeito da corrupção, travada desde que o poder judiciário trancou, por meio de evidências expostas ao público, a fonte da propina que anteriormente alimentava a corrupção, que eram as grandes empresas. A degeneração moral dos agentes políticos deslocou-se, então, em boa medida, para o sistema de governo.

O fenômeno torna-se transparente durante o governo de Michel Temer: sem benesses do mandato, tais como mais cargos de confiança e mais possibilidades de auferir renda, os parlamentares tendem a não apoiar o governo. Destarte, o interesse nacional, ou seja, os remédios aos males da conjuntura, passam a pesar menos na consciência do governante. A degenerescência ética se prolonga por outras vias.

Essa conjuntura conduz, para além do declínio, ao desastre: crescimento econômico negativo, uma massa de desempregados que chegou a 14 milhões, queda do bem-estar do povo, desânimo coletivo. Os escândalos de corrupção, pouco importa, se provêm da propina dessa ou daquela empresa: atingem a alma do Estado.

Nessas condições, o paradigma do Estado logístico deixa de funcionar. Sua utilidade passa a residir não mais na força propulsora de desenvolvimento e bem-estar que exibia, mas na capacidade que provê de avaliar resultados e indicar os remédios necessários.

Uma utilidade agora explicativa e pedagógica. Se a cooperação logística entre Estado e sociedade esmorece, a estagnação econômica se aproxima. Se a confiança da sociedade no Estado declina, os investidores refluem. Se o investimento diminui, o desemprego aumenta. O resultado pernicioso das causalidades que o paradigma expõe é o aumento da pobreza e da miséria, além do desânimo psicológico coletivo.

Três males projetam-se sobre a economia e a sociedade brasileiras (...): a baixa qualidade da gestão pública, ou seja, a queda da função logística do Estado; o sistema de governo de coalizão, que passa a emperrar a eficiência da gestão; enfim, a corrupção.

A correção de rumo que o paradigma sugere é clara: restabelecer a confiança entre Estado e sociedade, restabelecer a função logística do Estado, aquela de apontar ou criar oportunidades e prover apoio para os segmentos dinâmicos da sociedade operarem; enfim, gerar emprego, renda e bem-estar para o povo.

Sob a égide do paradigma logístico, as nações avançadas chegaram ao nível de desenvolvimento e ao bem-estar do cidadão em que se encontram. Não foi esse o caminho trilhado por Estados Unidos, Europa e Japão? Não é o Estado logístico que fará da China, em breve, a primeira potência econômica do mundo? Por acaso, pretende o Brasil ser diferente? Ao abandonar os parâmetros desse modelo, o país está recolhendo o retrocesso. Ao retomá-los, estaríamos colocando a nação nos trilhos e movimentando a esperança do povo no futuro.

O episódio da exportação de carne brasileira, cujo movimento foi contaminado pela má qualidade do produto e pela corrupção de grandes empresas do agronegócio, não encontra explicação suficiente nos males que afetam a economia brasileira no século XXI. Com efeito, recentemente, o comércio internacional reverteu uma tendência histórica que vinha de décadas: buscar tratados de livre comércio entre países e entre blocos de países. Em 2017, essa tendência é abandonada em favor de movimento contrário: denunciar acordos de livre comércio ou suspender negociações para tal fim. Em outras palavras, o protecionismo de blocos e nações tende ao crescimento.

No setor de carnes, onde Estados Unidos e Brasil competem para ocuparem o posto de primeiro exportador mundial, a recente medida estadunidense de proibir a importação de carne brasileira *in natura* situa-se bem mais do lado de medida protecionista do que do lado de necessidades sanitárias. Como a política exterior brasileira é cooperativa e não-confrontacionista, fica descartada a retaliação comercial. O desafio é confiado à negociação diplomática, que em outros casos de exportações de carne obteve sucesso.

❶ Ver apresentação da revista *Civitas*, Vol. 16, No. 3, jul.-set. 2016, pp. 355-362.



Amado Luiz Cervo
Professor emérito do Instituto
de Relações Internacionais da
Universidade de Brasília (UnB).

BARREIRAS SANITÁRIAS

A carne fraca no Brasil

Fernanda Kesrouani Lemos, Jogi Humberto Oshiai

Neste artigo, os autores analisam os principais efeitos da Operação "Carne Fraca", principalmente no que diz respeito à reputação e credibilidade do setor de carnes do Brasil no mercado internacional, e discutem como isso pode afetar as negociações comerciais das quais o país é parte.

Escrever em julho sobre a crise da "Carne Fraca", que ocorreu em março de 2017, exige separar o "joio do trigo" e atualizar os eventos, uma vez que milhões de brasileiros foram subitamente transformados em supostos "especialistas" em carnes. Não bastassem os profissionais do setor em questão se pronunciarem em redes sociais – em especial no Facebook –, a grande mídia brasileira também arriscou seus palpites, e a confusão sobre o tema foi generalizada mundo afora.

Em 14 de março de 2017, quando a polícia federal tornou públicos casos de corrupção de agentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), um escândalo relacionado à cadeia de carne bovina adquiriu repercussão mundial. A crise colocou os principais agentes públicos e privados em uma força-tarefa, ainda que individual, para tentar recuperar o considerável dano causado pelo contencioso. Segundo informações oficiais, foram constatados 20 casos de corrupção em pequenas empresas frigoríficas e em 2 multinacionais brasileiras. No entanto, a revelação da polícia federal não apresentou com clareza os casos relacionados a cada empresa. Em cerca de 24 horas, esse contencioso levou dez países – inclusive a China, um dos maiores compradores da carne do Brasil – a suspenderem suas importações.

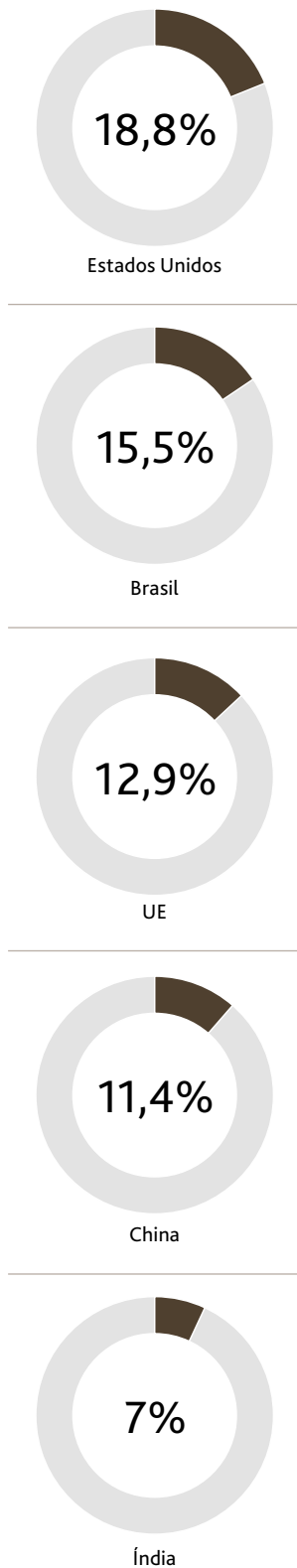
Tanto os esclarecimentos oficiais sobre a crise da "Carne Fraca" quanto as respostas das associações tiveram conotação mais política do que técnica, se considerarmos que as investigações ainda estavam (e ainda estão) em curso. Somente após muitos dias, a mídia brasileira veiculou informações adicionais mais precisas a respeito do tema – por exemplo, a mobilização simultânea de 1.100 policiais federais nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, com o objetivo de apurar os casos.

A acusação deve-se ao pagamento de propina por executivos de empresas privadas para agentes públicos ligados ao MAPA. Os agentes que deveriam fiscalizar a qualidade das carnes atuavam para facilitar a exportação e produção de alimentos inapropriados ao consumo, emitindo certificados sanitários sem qualquer fiscalização efetiva. Entre as irregularidades apresentadas, estão: reembalagem de produtos vencidos, excesso de água, inobservância de temperatura adequada de câmaras frigoríficas, exportação sem fiscalização *in loco* e venda de carne imprópria ao consumo humano.

A imagem da cadeia produtiva do setor no Brasil foi consideravelmente comprometida. Mesmo pouco informados sobre os acontecimentos, os consumidores brasileiros apresentaram denúncias via redes sociais e promoveram campanhas de boicote à carne comercializada pelas empresas JBS e BRF. Segundo estudo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), a crise da "Carne Fraca" prejudicou a imagem de marca dessas empresas em função da perda de credibilidade e da falta de habilidade de comunicação por parte dessas empresas quando as denúncias foram deflagradas.

O MAPA e a Presidência da República empreenderam esforços para assegurar aos parceiros comerciais a observância dos padrões de saúde animal e saúde pública no Brasil, buscando conferir credibilidade aos produtos brasileiros no exterior, bem como ao mercado doméstico. O argumento apresentado pelo governo era que o problema se restringia a 22 plantas em um total de 4.850 processadores existentes. Mesmo assim, o Brasil ainda luta para recuperar a credibilidade perante países que mantêm restrições à importação do

Produção mundial de carne bovina



Fonte: FAO (2016)

produto. Ao menos 51 países, além da União Europeia (UE), dificultam a entrada da nossa carne e 9 ainda bloqueiam por completo tal acesso.

Diante desse quadro, cabe analisar os impactos dessa crise sobre o setor de proteína animal. Em 2016, o consumo interno de carne correspondeu a 7,6 milhões de toneladas, que representam 36,8 quilos *per capita* de carne bovina – o quarto maior volume de consumo do mundo. Ainda, o Brasil ocupa a segunda posição entre os maiores produtores de carne bovina (9,3 milhões de toneladas), perdendo apenas para os Estados Unidos, cuja produção é de 11,5 milhões de toneladas. Em relação à carne de frango, o Brasil produziu 13,6 milhões de toneladas em 2016, sendo que o mercado interno consome aproximadamente 70% da produção.

Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), o Brasil também lidera as exportações de carne bovina, ao totalizar 4,1 milhões de toneladas em 2016 – à frente dos Estados Unidos, que exportou 2,9 milhões de toneladas nesse mesmo ano, e da UE, cujas vendas a mercados no exterior totalizaram 1,2 milhão de toneladas em 2016. A conquista brasileira deve-se não apenas aos crescentes volumes de exportação desde os anos 1990, mas à diversificação de mercados. Hoje, mais de 160 países são abastecidos por carnes brasileiras.

Vale assinalar que os embargos e restrições impostos por parceiros do Brasil fazem parte da agenda de trabalho da ABIEC e da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), cujo objetivo é manter e abrir novos mercados para a exportação de carne bovina, suína e de frango. Exemplos de situações já vivenciadas por tais Associações incluem as cotas de exportação para a UE e seus requisitos de comércio, que protegem seus produtores internos (com destaque para França, Alemanha e Irlanda), e barreiras não tarifárias, que se apresentam em forma de exigências sanitárias.

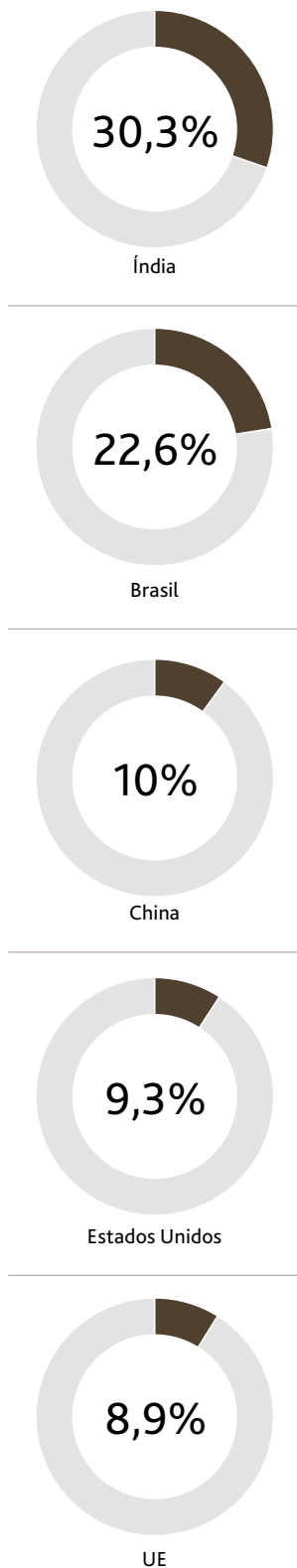
Recentemente, destacam-se dois casos de abertura de mercado. O primeiro deles, de carne bovina *in natura* para a China, mercado que estava fechado desde 2011 e foi reaberto em 2015. No segundo caso, o mesmo produto obteve acesso ao mercado estadunidense em 2016, mas as importações foram novamente suspensas em 22 de junho de 2017, quando as autoridades competentes dos Estados Unidos identificaram inúmeros lotes de carne *in natura* com problemas sanitários (por exemplo, abscesso decorrente das vacinas de febre aftosa).

Apesar dos esforços do setor privado e do governo, a crise da “Carne Fraca” causou um dano considerável à marca *Brazilian Beef*, que sofreu queda de 40% nos volumes exportados entre os meses de março e maio de 2017, o que corresponde à redução de 150 mil toneladas exportadas. O recuo nas vendas domésticas de carne bovina já ocorria desde 2016, levando à redução do volume de abate em cerca de 20% em relação a 2015, especialmente em função da crise econômica e financeira no país. Não bastasse esse dano, em 17 de maio de 2017, a delação dos irmãos Batista do Grupo JBS, no âmbito das investigações da Operação “Lava Jato”, adicionou mais um fato negativo de impacto ainda incomensurável a todo o setor de proteína animal.

Esse quadro constituiu terreno fértil para concorrentes do Brasil no setor, como no caso da UE. Em carta endereçada em 7 de junho de 2017 ao ministro Blairo Maggi, o comissário europeu Vytenis Andriukaitis questiona a credibilidade das autoridades brasileiras por não terem tomado as medidas de segurança com as quais haviam se comprometido. É

a crise da “Carne Fraca” causou um dano considerável à marca Brazilian Beef, que sofreu queda de 40% nos volumes exportados entre os meses de março e maio de 2017

Rebanhos bovinos mundiais



Fonte: FAO (2016)

latente a irritação dos parceiros europeus com as promessas não cumpridas pelo Brasil. A UE já desconfia da segurança sanitária das exportações brasileiras e deve adotar medidas restritivas em direção à carne produzida no Brasil, além de banir principalmente a carne de cavalo. Isso traz à tona uma segunda questão, de ordem institucional: a reputação do Brasil no que diz respeito à capacidade de honrar seus compromissos e manter um nível de segurança sanitário.

A UE é uma parceira estratégica para o Brasil não apenas porque figura entre os principais importadores do agronegócio brasileiro, mas também porque constitui o mercado que melhor remunera os produtos de qualidade. Mais do que isso, o bloco europeu possui uma posição chave para o Brasil, na medida em que é considerado um paradigma regulatório mundial – em especial na área de padrões sanitários. É nesse registro que devem ser interpretados os questionamentos avançados pelo comissário europeu, talvez pressionado pelos produtores e exportadores de países membros da UE.

Em menos de três meses, o setor produtor de carne no Brasil enfrentou várias crises – Operação “Carne Fraca”, delação da JBS, pressão da UE e suspensão das exportações de carne bovina *in natura* para os Estados Unidos. Esses desdobramentos prejudicaram a reputação do Brasil e a imagem dos produtos da cadeia de proteína animal, seja no mercado doméstico ou externo. Não obstante, a contínua manipulação dos casos de corrupção no Brasil não colabora para o desenvolvimento de instituições fortes.

Para ilustrar nosso ponto, cabe tecer uma breve reflexão sobre os momentos que antecederam e sucederam as crises mencionadas acima. Nos últimos 17 anos, o setor cresceu exponencialmente em termos de produção, estrutura das empresas processadoras, presença no mercado internacional e exportações. A coordenação entre produção e processamento nem sempre foi algo tão presente, no entanto. Foi somente a partir de 2010 que as maiores empresas processadoras buscaram se aproximar dos produtores com o objetivo de coordená-los para atender novas demandas – o que inclui formas de apresentação e marcas para o mercado doméstico e internacional.

Desde os anos 1990, o crescimento da produção e da exportação, a coordenação entre produtores e processadores e o trabalho institucional e das associações permitiram a gradual construção e consolidação da reputação das empresas brasileiras do setor. O ambiente institucional e político, bem como a estabilidade financeira, cooperava para a atração de investidores ao Brasil, reforçando a imagem de um país em franco crescimento. Nesse contexto, a carne bovina brasileira consolidava sua presença no mercado mundial, e as empresas de processamento expandiram suas atividades em outros países em meados dos anos 2000. Esse era o promissor cenário do setor até março de 2017.

É possível afirmar que todas as crises enfrentadas pelo Brasil apresentam um caráter institucional, com consequências que abrangem a perda de poder de compra do consumidor e a credibilidade das empresas envolvidas nos escândalos de corrupção. As primeiras evidências, decorrentes da crise financeira, foram as reduções de margens das indústrias processadoras, a redução do consumo de carne e do volume de abate. Como resultado, os programas de bonificação aos pecuaristas foram suspensos em finais de 2016 – o que refletiu na imagem das marcas e na desestruturação da coordenação interna da cadeia junto com o produtor e a credibilidade dos programas apresentados.

Ao pontuar que existem deficiências encontradas em auditorias anteriores e criticar a atuação do MAPA em corrigi-las, o comissário da UE coloca em evidência a fragilidade do ambiente institucional no Brasil

Ao pontuar que existem deficiências encontradas em auditorias anteriores e criticar a atuação do MAPA em corrigi-las, o comissário da UE coloca em evidência a fragilidade do ambiente institucional no Brasil, o que sugere que as garantias oferecidas pelo país não estão de acordo com as exigências mínimas toleradas. Esses fatos estão diretamente relacionados à governança entre os elos que compõem o setor. Afinal, o embargo de países que remuneram melhor a cadeia em função de suas especificidades pode levar à desestruturação de dinâmicas de incentivos e ao uso de ferramentas de controle para a melhoria da produção – as quais eram utilizadas na relação pecuarista-indústria até 2016.

As ameaças da UE e o já mencionado embargo dos Estados Unidos à carne brasileira são exemplos de um retrocesso ao desenvolvimento da cadeia, devido ao impacto positivo que a necessidade de coordenação para vender a esses países demanda, além da reputação que se cria ao tê-los em sua carteira de clientes. Em outras palavras, o que parecia ser o início de diferentes estratégias de governança na cadeia de carne bovina passa atualmente a mensagem de ter sido somente uma ilusão. Isso não quer dizer que não existam profissionais brasileiros de altíssimo nível, engajados na criação dos programas de desenvolvimento, e pecuaristas que investem continuamente em tecnologia para melhorar a produção. Contudo, até que consigamos mudar o quadro de ações ilícitas nos âmbitos privado e público, o Brasil não será capaz de consolidar sua credibilidade e reputação para competir em mercados globalizados.

Apesar de termos passado por tantas crises, as autoridades competentes no Brasil ainda não compreenderam que discursos políticos não são suficientes para que os adidos agrícolas e diplomatas defendam as posições do país junto àqueles que aplicam sanções. Governo, associações e empresas falharam – e muito – por não terem articulado um “plano B” de emergência para casos de crise. Dessa forma, fica comprovada a necessidade de que as instituições brasileiras – em especial o MAPA, no setor de carnes – empreendam reformas urgentes para que o governo possa, pelo menos, reconstruir a credibilidade do Brasil e dar garantias aos parceiros comerciais do país.



Fernanda Kesrouani Lemos

Sócia da e-LO Consultoria e da Guaná Agropecuária, consultora associada da Stracta Consultoria e colunista da Beef World. É também professora da Fundação Instituto de Administração (FIA) nas áreas de governança corporativa e estratégia empresarial.



Jogi Humberto Oshiai

Sócio da e-LO Consultoria, diretor para Assuntos Públicos do escritório de advogados europeus “FratiniVergano”, Bruxelas (Bélgica); diretor da empresa 33 Asset Management, Haia (Holanda); e colunista da BeefWorld, PorkWorld e ChickenWorld.

DEFESA AGROPECUÁRIA

A Operação "Carne Fraca" e o debate sobre defesa agropecuária no Brasil

Eduardo Vieira

O autor analisa o arcabouço legal do Brasil em defesa agropecuária e discute algumas das principais propostas em debate no Congresso. Diante desse quadro, argumenta que é preciso amadurecer o debate antes de rever por completo a arquitetura de inspeção existente, a fim de não prejudicar a credibilidade do agronegócio brasileiro.

A repercussão da operação "Carne Fraca", deflagrada pela Polícia Federal em 17 de março de 2017, gerou pronta reação do governo brasileiro, que editou o Decreto No. 9.013, de 29 de março de 2017, que atualiza o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA), e a Medida Provisória No. 772, de 29 de março de 2017, que atualiza a multa administrativa devida em caso de infração à legislação referente aos produtos de origem animal.

A resposta rápida, contudo, não foi suficiente para afastar os efeitos da operação. Recentemente, os Estados Unidos suspenderam a importação de carne *in natura* proveniente do Brasil até a adoção de medidas corretivas que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, sigla em inglês) julgue satisfatórias.

Segundo o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento brasileiro, a suspensão ocorreu em razão da presença de abscessos em alguns cortes, possivelmente originados de reações à vacina contra a febre aftosa. Ainda que a justificativa para a suspensão das importações não tenha relação direta com os fatos relatados na operação "Carne Fraca", a decisão resultou de uma avaliação mais rigorosa da autoridade sanitária estadunidense em relação à carne brasileira, motivada pela repercussão pública engendrada pela operação¹ e pelas pressões comerciais presentes em mercados altamente competitivos e regulados².

A crise evidencia a relevância da atividade de inspeção de produtos de origem animal e suas peculiaridades. Além disso, coloca em destaque o debate sobre as oportunidades de melhorias dessa política pública, cujo bom funcionamento é essencial à prospecção de mercados para a indústria da carne.

Defesa agropecuária e inspeção de produtos de origem animal no Brasil

Defesa agropecuária é um conjunto de ações com a finalidade de assegurar a saúde dos rebanhos, a sanidade das culturas vegetais, a idoneidade dos insumos e dos serviços utilizados na agropecuária, bem como a identidade e a segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos agropecuários finais destinados aos consumidores. Para isso, as seguintes atividades são desenvolvidas pelo poder público: i) vigilância e defesa sanitária vegetal e animal; ii) inspeção e classificação de produtos de origem vegetal e animal, seus derivados, subprodutos e resíduos de valor econômico; e iii) fiscalização dos insumos e dos serviços usados nas atividades agropecuárias³.

No âmbito federal, há cerca de três mil servidores envolvidos na fiscalização, auditoria, supervisão, inspeção e controle das atividades agropecuárias⁴. Por sua vez, os estados da federação contam com mais de 11 mil servidores atuando na área, sendo 5.300 fiscais, 4.500 técnicos e 1.300 auxiliares⁵.

Apesar da amplitude e do grande contingente envolvido na execução da defesa agropecuária, os fatos relatados na Operação "Carne Fraca" dizem respeito a um ponto bastante sensível dessa política pública: a inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Sensível, porque a inspeção tem como um dos principais valores de sua atuação a confiança que lhe é depositada, e que restou arranhada no episódio, além de

A fiscalização nas atividades agropecuárias no Brasil

3.000

servidores federais

11.000

servidores estaduais

ser uma atividade essencial para o funcionamento de uma indústria que faturou R\$ 133 bilhões em 2016⁶.

O papel da legislação

O serviço público de inspeção é essencial para qualquer país que busque significativa inserção no mercado internacional de produtos de origem animal. A Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE) recomenda que esses serviços gozem de independência, imparcialidade e integridade na execução de suas atividades. Além disso, considera que a legislação veterinária é elemento essencial para a boa governança e para prover a estrutura institucional dos serviços veterinários públicos.

Embora a legislação primária não trate de minúcias da execução dos serviços de inspeção – que, por seu caráter detalhista, devem ser abordadas por normas infralegais –, as decisões legislativas que conformam o arcabouço institucional dos serviços públicos veterinários podem ter impactos significativos sobre a forma com que esses serviços são executados e sobre como são percebidos quanto à sua eficiência e confiabilidade.

Proposições em trâmite no Congresso Nacional

Tramitam nas Casas do Congresso Nacional mais de 40 projetos de lei sobre defesa agropecuária. Muitos deles abordam questões eminentemente técnicas e promovem alterações pontuais na legislação; outros, buscam implementar mudanças na estrutura institucional do setor, notadamente na área de inspeção de produtos de origem animal.

Entre os aspectos institucionais possíveis de serem abordados pela legislação primária, podem ser destacados: i) a divisão de competência entre os entes federativos; ii) a existência de uma norma única para todos os entes ou preferência pela autonomia federativa; iii) a atuação exclusiva do setor público ou abertura para o setor privado na atividade de inspeção; e iv) meios de financiamento das atividades de defesa agropecuária.

Cooperação federativa e protocolos de inspeção

A divisão de competência entre entes da federação na inspeção de produtos de origem animal é organizada pela Lei No. 1.283 de 1950, que atribui: à União a inspeção em estabelecimentos⁷ que façam comércio interestadual ou internacional; aos estados e ao Distrito Federal, em estabelecimentos que façam comércio intermunicipal; e aos municípios, em estabelecimentos que façam apenas o comércio intramunicipal.

Nesse contexto, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) No. 1.142 de 2003, que estende a competência dos municípios para inspecionar estabelecimentos que façam comércio intermunicipal, e o PL No. 334 de 2015, que estende tanto a competência de municípios quanto a dos estados para inspecionar estabelecimentos que façam comércio no âmbito nacional.

Além da questão administrativa, há outras discussões subjacentes à distribuição de competências na atividade de inspeção. Uma delas refere-se ao fato de que as normas de inspeção empregadas por estados e municípios são consideradas mais brandas que aquelas estabelecidas pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). A ampliação da competência de estados e municípios traria, portanto, um aumento no volume de produtos destinados

[Tramitam no] Congresso Nacional mais de 40 projetos de lei sobre defesa agropecuária. Muitos deles abordam questões eminentemente técnicas e promovem alterações pontuais na legislação; outros, buscam implementar mudanças (...) na área de inspeção de produtos de origem animal.

Principais importadores de carne bovina brasileira

1. Hong Kong
2. China
3. Arábia Saudita
4. Rússia
5. Japão

Fonte: MAPA (2016)

ao mercado doméstico inspecionados sob um protocolo menos rígido em relação àquele obrigatoriamente utilizado para os produtos destinados à exportação.

Outro debate atrelado à cooperação federativa diz respeito à opção por utilizar um protocolo único de inspeção para toda a produção industrial de origem animal ou por segregar os procedimentos em razão do mercado a que se destina o produto – se interno ou externo.

Devido à relevância internacional do Brasil nesse mercado, o SIF encontra-se apto a atender aos requisitos dos mercados mais exigentes do mundo.

Todavia, quanto mais rígido o protocolo de inspeção, maior o custo de produção e maiores as barreiras à entrada de novos concorrentes no mercado. Isso faz com que seja relevante refletir sobre a conveniência da adoção de protocolos de inspeção distintos para produtos destinados ao mercado doméstico e ao exterior.

Embora tal segregação não exista no Brasil, os entes subnacionais desempenham, na prática, a função de gerir protocolos de inspeção mais brandos para os produtos comercializados no país, uma vez que possuem relativa autonomia para estabelecer normas mais flexíveis em relação ao SIF. A aprovação dos projetos em comento poderia resultar, portanto, na maior utilização de protocolos de inspeção distintos do SIF.

Inspeção pública ou privada?

O Projeto de Lei do Senado (PLS) No. 326 de 2016 conceitua a auditoria e a inspeção sanitárias. De acordo com os dispositivos dessa proposição, enquanto a auditoria sanitária seria exercida pelo Poder Público, de forma privativa e não delegável, a inspeção sanitária poderia ser realizada tanto pelo Poder Público como por entidade privada ou por profissional habilitado, credenciados na forma do regulamento.

Contudo, a experiência australiana na implementação de protocolo de inspeção que prevê maior participação de agentes privados na inspeção de estabelecimentos de abate de animais demonstra que a privatização da inspeção não é uma tarefa simples. Embora o serviço de inspeção estadunidense tenha confirmado a equivalência⁹ do sistema australiano após auditoria realizada entre 2007 e 2008, uma auditoria conduzida em 2012 pela União Europeia (UE) concluiu que o modelo adotado pela Austrália não atendia aos requisitos da norma europeia, pois inspeções oficiais não poderiam ser feitas diretamente por pessoal contratado pela própria companhia inspecionada.

A partir dessa auditoria, ainda que a inspeção *ante-mortem* e a supervisão da inspeção *post-mortem* fossem executadas por veterinário do Departamento de Agricultura e Recursos Hídricos do Governo australiano, a Austrália foi compelida a desenvolver um sistema de “acreditação” em que uma terceira parte realiza o papel de entidade certificadora privada, credenciada pelo governo, ficando responsável pela contratação dos demais agentes de inspeção – medida que busca mitigar o risco potencial de conflito de interesses.

Financiamento da atividade de defesa agropecuária

O Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) para o período 2017-2026 prevê adoção da estratégia de zona livre de febre aftosa para todo o Brasil até 2023, com relevante impacto sobre a cadeia produtiva da carne. Para sua sustentabilidade financeira, o Plano sugere medidas como: i) maior previsibilidade dos mecanismos de transferência de recursos na esfera pública; ii) transferências voluntárias baseadas em critérios transparentes e equilibrados; iii) aumento das fontes de financiamento derivadas da cobrança pela prestação de serviços; e iv) delegação de serviços que não sejam atribuição exclusiva dos serviços veterinários oficiais.

Com relação ao assunto, o PLS No. 379 de 2016 dá nova disciplina ao repasse de recursos federais aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para apoio às ações de defesa agropecuária e tem por objetivo instituir mecanismo de transferência direta de recursos orçamentários da União, sem a necessidade de celebração de convênios.

Embora não apresente solução à questão do volume de recursos orçamentários destinados à defesa agropecuária e não inove quanto às fontes de financiamento, a proposta busca desburocratizar o repasse desses recursos e estabelecer maior previsibilidade quanto ao cronograma de liberação, de modo que as ações descentralizadas suportadas pelo orçamento federal não sofram interrupções.

Considerações finais

A defesa agropecuária é uma política complexa, que engloba diversos objetivos e atividades, e o grande número de projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que envolvem essa área denota que o debate dessa política pública é constante.

As proposições legislativas em trâmite podem influenciar a forma com que a atividade de inspeção de produtos de origem animal é realizada no país, com consequências diretas para o custo de produção, a concentração de mercado do setor, a confiabilidade do sistema e a competitividade e inserção internacional da cadeia produtiva da carne brasileira.

É importante registrar, contudo, que o SIF goza de credibilidade construída ao longo de um século de atuação, com participação decisiva no crescimento do agronegócio brasileiro, de modo que mudanças significativas no sistema não devem ser adotadas sem o devido amadurecimento do debate.

- ❶ Ver nota do USDA de 22 de março de 2017, que, à luz das recentes investigações que envolvem a indústria da carne no Brasil, anuncia a reinspeção de 100% dos produtos cárneos de origem brasileira: <<http://bit.ly/2sRR0Aj>>.
- ❷ Ver declarações do secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) disponíveis em: <<https://glo.bo/2rZpynC>>.
- ❸ Os objetivos e as atividades da defesa agropecuária estão elencados no Artigo 27-A da Lei No. 8.171, de 1991, que dispõe sobre a política agrícola.
- ❹ Dados relativos a recursos humanos do MAPA constam do Plano de Defesa Agropecuário. Disponível em: <<http://bit.ly/2ukoplo>>.
- ❺ Conforme dados de 2015 da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (UNAFIA), apresentados em audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, realizada em 17 de setembro de 2015.
- ❻ Conforme dados da Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA) para o setor de carnes e derivados. Disponível em: <<http://bit.ly/2uSNQNY>>.
- ❼ Estabelecimentos industriais de abate de animais e propriedades rurais, entrepostos e fábricas de pescados, laticínios e entrepostos de leite e derivados, entrepostos de ovos e derivados etc.
- ❽ A avaliação de equivalência dos serviços de inspeção é procedimento necessário para a exportação ou importação de produtos de origem animal e consiste no reconhecimento de que as medidas sanitárias aplicadas pelo país exportador oferecem garantias equivalentes às aquelas aplicadas no país importador.



Eduardo Vieira

Consultor legislativo do Senado Federal no Núcleo de Economia (área de Agricultura). Bacharel em Ciências Econômicas (2004) e em Ciências Jurídicas (2014) e Especialista em Gestão de Assuntos Públicos (2005) e Direito Legislativo (2016).

RASTREABILIDADE

Rastreabilidade bovina: um caso de êxito no Uruguai

María Nela González

Ao discutir as principais medidas adotadas pelo Uruguai após a crise da febre aftosa em 2000, a autora analisa as principais contribuições do sistema de registro e rastreabilidade bovina e da rede interinstitucional do país para a consolidação de uma inserção inteligente do Uruguai no mercado internacional.

O projeto de Identificação Animal, Registro e Rastreabilidade surge em 2003, após a crise sanitária de 2000, como consequência do ressurgimento da febre aftosa. Diante desse episódio, o Uruguai optou por tornar pública a denúncia e encerrar voluntariamente o contrato com importadores e as negociações com potenciais compradores de carne. À época, o governo estava ciente das implicações imediatas que tal decisão teria para o país: a perda do status de “país livre de febre aftosa sem vacinação”, que lhe permitia livre acesso ao mercado do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA, sigla em inglês), como abastecedor.

Essa crise de confiança foi rapidamente superada com a implementação de uma estratégia muito clara de controle da doença, acompanhada do fortalecimento institucional por parte da autoridade sanitária competente. Das prioridades definidas e aprovadas por consenso, surgiu a necessidade de focar os esforços iniciais na gestão da informação básica sobre os animais identificados e suas transações – o que constitui responsabilidade do Estado. Em paralelo, trabalhou-se para estabelecer uma genuína integração com operadores privados especializados e com grupos de produtores que desejam maximizar o uso da informação de tipo produtivo. O objetivo das ações era responder às crescentes exigências dos mercados no que se refere a saúde animal, inocuidade alimentar e rastreabilidade.

Esse esforço sempre buscou orientar o investimento tecnológico para o reforço dos atributos próprios ao Uruguai (produção natural, saúde animal, confiança dos mercados), tomando em consideração a norma vigente e a brecha tecnológica existente na heterogeneidade dos destinatários. É muito importante reconhecer que o interior do país nunca deixou de ser contemplado nesse processo.

O avanço do projeto tornou-se uma prioridade de política pública, com vistas a fazer da ameaça crítica uma oportunidade de inovação em sua expressão máxima.

Até o ano 2000, o Uruguai tinha acesso a 76 mercados com nível de exigência médio a moderado. A partir de 2005, foram gradualmente abertos à carne uruguaia mercados como Estados Unidos, Canadá, Rússia e União Europeia (UE). Além disso, o país logrou recuperar a Cota Hilton (6.300 toneladas). Neste último caso, é preciso comprovar que os animais abatidos nasceram e foram criados em pastos naturais, a céu aberto e sem suplementos. Tais aspectos são demonstráveis e, portanto, podem ser submetidos a auditoria pelo sistema de Identificação Animal, Registro e Rastreabilidade.

Em 2013, o país obteve acesso à Cota 481, que não é submetida a barreiras tarifárias e tampouco uma cota exclusiva a um país específico: são 48.200 toneladas importadas de países como Estados Unidos, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Uruguai, de modo que cada país fornece a quantidade de carne que negocia com os particulares. Nesse mesmo ano, o Uruguai conquistou acesso ao mercado da Coreia do Sul.

No ano seguinte, o Uruguai obteve acesso à cota suíça, que possui características e exigências similares à Cota 481 no que diz respeito ao status de rastreabilidade dos animais. Estes devem ser abatidos aos 30 meses de idade e é preciso demonstrar que, ao longo dos 100 dias que antecederam o abate, os animais foram mantidos em curral e

O setor de carnes do Uruguai em números

Produção anual

550.000
toneladas

Exportações

370.000
toneladas

Participação nas
exportações do país

25%

Fonte: INAC (2017)

alimentados com silos de grãos úmidos. Em ambos os casos, os protocolos de certificação apresentam variações e estão muito bem diferenciados pelo setor privado, tanto no âmbito do produtor primário quanto no nível industrial. No momento, o Uruguai desfruta de 140 mercados abertos à sua carne bovina, subprodutos e carne ovina¹.

Um dado revelador da consolidação do setor pecuário uruguaio é o crescimento constante da produção de carne bovina nos últimos seis anos. Somente em 2016, o setor cresceu 7%, com aumento nos censos pecuários em cerca de 6%, além de um forte crescimento nas exportações de gado. O setor de carne do Uruguai hoje responde por 25% do produto interno bruto (PIB) em exportações, e o país exporta 78% de sua produção.

O fortalecimento dos sistemas produtivos nos níveis primário e industrial foi necessário para uma verdadeira inserção internacional, com a consolidação de mercados e a abertura a novos mercados. Nessas operações, são cumpridas todas as normas internacionais quanto ao status sanitário do país e ao bem-estar animal; mecanismos de resposta rápida como prevenção em matéria de saúde animal; e inocuidade dos alimentos, demonstrada mediante processos de certificação – adequações que envolveram transformações na matriz produtiva.

Essa matriz produtiva reflete os alinhamentos estratégicos que o Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca do Uruguai definiu nos últimos anos como meta. Além da inserção internacional inteligente, que se refere à diferenciação com uma nova visão de competitividade e posicionamento de diferenciação, essa estratégia significa não necessariamente vender mais caro, mas sim poder vender. Isso envolve apostar na intensificação da produção, respeitando a sustentabilidade dos recursos naturais, com o valor agregado ambiental ou serviços ecossistêmicos, com impactos ambientais positivos.

Nessa lógica, almejar uma projeção como provedor confiável de alimentos em termos de quantidade, qualidade, inocuidade, sanidade, com diferenciação dos produtos do país, exige mais do que pronunciar a intenção. É preciso demonstrar o conhecimento, a gestão de riscos, a certificação, a normativa, a fiscalização, o controle e a avaliação dos riscos. É uma política de Estado que transcende os períodos de gestão de cada governo e que se fundamenta na articulação público-privado, com a preocupação de buscar uma adequação a padrões estabelecidos, e não exigências impostas pelos mercados. Tais processos resultam do desenvolvimento de mecanismos, dentro do país, vinculados a pesquisa, produção de conhecimento e transferência tecnológica.

Como resultado desses processos intensos e graduais, a imagem do Uruguai rural mudou substancialmente na última década. No setor pecuário, a incorporação de tecnologias, o manejo reprodutivo que aposta na genética de alta qualidade e a gestão do gado voltada à maior produtividade dos hectares têm resultado em uma carne de alta qualidade quanto à distribuição de gordura e rapidez no desenvolvimento, baixando a idade de abate de 6 para 2,5 anos. Outro aspecto a destacar é a relação de preços favoráveis para o criador, o que ajuda a fortalecer a genética do gado e lograr um bezerro por vaca ao ano. Em síntese, a pecuária uruguaia apresentou, ao longo da última década, melhorias significativas em matéria de eficiência. Essa relação de paridade bezerro/novilha gorda nunca havia sido equiparada na história da pecuária uruguaia.

As instituições agropecuárias do Uruguai já possuem uma duradoura tradição: são mais de cem anos de história. Essa cultura fortalece a gestão e, por conseguinte, o êxito dessa política pública, sobretudo com a articulação e as sinergias interinstitucionais entre governo, associações de produtores, indústrias, profissionais e academia. Assim, quando é preciso intensificar a produção de forma sustentável como terceiro eixo ou meta estratégica, atores públicos e privados enfrentam, juntos, desafios relacionados a produção e meio ambiente, produção e qualidade da água, produção e inocuidade alimentar. Essas dificuldades são enfrentadas e resolvidas com êxito, com um sistema robusto de informação, que possibilita a rastreabilidade do campo ao prato.

Em um antecedente recente, registrado em 2016, foram identificados traços de Ethion em recipientes de carne que tinham como destino os Estados Unidos. O país não admite a presença do referido zooterápico não por razões ligadas à inocuidade alimentar, mas à forma com que o produto é manipulado. Nos Estados Unidos, a circulação de Ethion é proibida. Já os padrões internacionais estabelecem um nível mínimo de presença de Ethion em alimentos: 2.500 partes por bilhão (ppb). Nos recipientes mencionados, foram detectadas 45 ppb. Diante desse evento, o Uruguai adotou medidas corretivas: suspendeu temporariamente a unidade de abate da qual provinha a carne questionada e realizou o rastreio até os estabelecimentos pecuários que haviam despachado animais sem respeitar os períodos de espera regulamentares. Também suspendeu a importação, produção, distribuição e venda de Ethion em todo o território nacional.

Ao mesmo tempo, as autoridades máximas participaram da definição das medidas a serem implementadas com o objetivo de prevenir esse tipo de ocorrência no futuro. Assim, em dezembro de 2016, entrou em operação um sistema de fármaco-vigilância que contempla carrapaticidas e mosquicidas, baseado no modelo de dados da identificação animal, registro e rastreabilidade, em que entidades públicas e privadas participam ativamente do projeto, implementação e execução. Um sistema flexível e escalável, que em breve incorporará antibióticos, hormônios e outros fármacos registrados e habilitados para uso animal. Novamente, a articulação e as sinergias interinstitucionais trabalharam em defesa de objetivos comuns, para além de interesses particulares e/ou comerciais que cada parte protagonista tenha. Em um período de seis meses, o Uruguai mostrou credibilidade, rapidez na reação, seriedade, força institucional e responsabilidade.

Mais uma vez, não apenas buscamos atributos de características organolépticas para nossa carne e derivados: apostamos na qualidade em sua expressão máxima, agregando valor em matéria de informação, que dê segurança aos consumidores mais exigentes que existem e que continuarão a existir e a exigir. Embalamos natureza e exportamos confiança.

❶ Cabe esclarecer que a abertura do mercado para a carne bovina se estende a outras carnes pois as normas sanitárias valem para as duas espécies.



María Nela González

Diretora do Sistema Nacional de Informação Pecuária no Ministério de Pecuária, Agricultura e Pesca (MGAP), Uruguai. Doutora em Medicina e Tecnologia Veterinária pela Universidade da República, Montevideu (Uruguai).

MERCOSUL

Por uma unidade regional de análise de risco sanitário de alimentos

Gustavo Idígoras

Neste artigo, o autor expõe a importância da institucionalização de uma unidade regional de análise de risco sanitário de alimentos no âmbito do Mercosul, além de propor uma agenda de trabalho e operações para tal mecanismo.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é o bloco exportador líquido de alimentos por excelência e, portanto, sua capacidade de acesso a mercados é a principal variável das economias que compõem o bloco. O ingresso dos países em desenvolvimento, como aqueles do Mercosul, ao mercado internacional de alimentos tem sido complexo e repleto de obstáculos. Atualmente, as barreiras técnicas ao comércio, sobretudo as medidas sanitárias e fitossanitárias, tornaram-se um grave problema para as economias dos países em desenvolvimento e figuram permanentemente na agenda da região.

Todos os países do mundo possuem uma estrutura governamental encarregada de zelar pela saúde animal, vegetal e pela inocuidade dos alimentos. O nível de desenvolvimento, magnitude e funções depende do tamanho do território, de sua população e das características do abastecimento doméstico ou exterior de suas necessidades alimentares. Em geral, os países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) têm estruturas reduzidas e, por vezes, deficitárias. Com um maior nível de desenvolvimento, as organizações governamentais crescem em tamanho e funções e desempenham papel de liderança global no impulso a modificações regulatórias e inovações tecnológicas em matéria de controle e certificação por meio dos organismos internacionais de referência.

É razoável entender que existe uma relação direta entre o nível de desenvolvimento econômico e o fortalecimento do controle de alimentos. No entanto, a condição de país importador ou exportador líquido de alimentos também influi no formato do sistema nacional de controle da inocuidade dos alimentos. No caso específico do Mercosul, é imprescindível contar com sistemas sólidos de controle e certificação de alimentos inócuos.

Por outro lado, os países dispõem de distintas legislações sobre controle de alimentos no que diz respeito à forma de intervenção das autoridades competentes. De todo modo, sempre existe ao menos uma autoridade nacional que intervém na regulação dos temas de saúde animal, vegetal e inocuidade. Alguns organismos também possuem competências na área de qualidade de alimentos e de proteção da flora e da fauna. No caso de federações, há legislações de controle de saúde e inocuidade alimentar que não podem ser delegadas a entidades subnacionais, o que, em alguns casos, exige intervenção no nível municipal.

Ainda que existam graus diferentes de intervenção nos níveis nacional, regional e local em cada país, assim como organismos independentes em matéria de saúde animal, proteção vegetal e inocuidade, também é justo falar de um sistema nacional de controle da inocuidade de alimentos e bebidas. Sem deixar de lado esses diferentes desenhos institucionais e constitucionais, um sistema nacional de controle e certificação de alimentos deve zelar pela segurança dos consumidores e pela saúde dos animais e das plantas. Nesse sentido, a ferramenta mais relevante dos sistemas nacionais é a análise de risco – condição essencial para garantir a inocuidade e segurança aos países compradores.

São inúmeras as dificuldades que se colocam ao uso de análises de risco voltadas a oferecer as bases científicas capazes de, ao mesmo tempo, permitir o ingresso dos produtos no

Exportações totais
de carne bovina de
Argentina, Brasil,
Paraguai e Uruguai

1983

US\$ 700 milhões

2013

US\$ 8,3 bilhões

Fonte: Labraga (2016)

mercado internacional e a defesa das barreiras técnicas que possam limitar o comércio de alimentos.

Entre tais dificuldades, destaca-se o marco normativo e a carência de recursos humanos capacitados. Em segundo lugar, são necessárias informações estatísticas, econômicas e científicas que atendam às particularidades sociais, religiosas, políticas, econômicas e culturais. Como a informação está, muitas vezes, dispersa e desconexa, é preciso criar uma rede que aproxime os dados gerados por diferentes centros de pesquisa através dos países e, assim, fazer um uso racional de tais informações.

A terceira dificuldade que merece destaque está relacionada à natureza intergovernamental do Mercosul. As decisões, resoluções e diretivas, que possuem um caráter obrigatório para os membros do bloco, não geram diretamente direitos e obrigações sobre as pessoas físicas e jurídicas residentes na região do Mercosul. Assim, os atos jurídicos devem ser incorporados às normas nacionais mediante procedimentos previstos pela legislação de cada país.

Sabe-se que a demanda mundial de alimentos crescerá significativamente nos próximos anos e, diante desse quadro, o Mercosul assume posição estratégica para responder a esse desafio de segurança alimentar. Para tal, deve obter o reconhecimento, por parte dos países importadores, de seus sistemas de controle e certificação sanitária e de inocuidade alimentar.

Devido às fraquezas nacionais em termos de avaliação de risco sanitário, é de suma importância desenvolver uma estratégia regional compartilhada, que promova um âmbito comum técnico-científico, capaz de produzir as informações sanitárias necessárias para abrir mercados, reduzir os prazos de avaliação em terceiros países, manter abertos mercados com elevado nível de exigência, promover recomendações nos organismos de referência internacional e colaborar com o posicionamento técnico nos fóruns multilaterais e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O objetivo dessa proposta é apoiar o processo de integração ao mundo da agroindústria dos países do Mercosul, com base na excelência técnica com justificação científica. Para atingir esse objetivo, os seguintes resultados são esperados:

Resultado 1

Contribuir no desenho de criação de um programa regional de análise de risco no âmbito do Mercosul, que inclua modelos de análise de risco para os principais produtos identificados para exportação global (mercados objetivos).

Resultado 2

Colaborar no desenho de um mecanismo de coordenação regional para avaliação de risco fitossanitário, sanitário e de inocuidade de alimentos, em apoio às unidades nacionais de risco, na direção da criação de uma rede de trabalho regional pautada em informações compartilhadas.

é de suma importância desenvolver uma estratégia regional compartilhada, (...) capaz de produzir as informações sanitárias necessárias para abrir mercados, reduzir os prazos de avaliação em terceiros países, manter abertos mercados com elevado nível de exigência, promover recomendações nos organismos de referência internacional

Exportações de carne em 2016 (toneladas métricas)

Brasil

1.850.000

Paraguai

390.000

Uruguai

385.000

Argentina

210.000

Fonte: USDA (2017)

Resultado 3

Oferecer assistência ao Comitê Regional de Saúde Vegetal (COSAVE) e ao Comitê Veterinário Permanente do Cone Sul (CVP) em suas agendas regionais estratégicas em temas relativos à análise de risco.

Resultado 4

Promover a abertura de mercados por meio de avaliações de risco sanitário que favoreçam as aprovações sanitárias em países compradores de alimentos do Mercosul.

Resultado 5

Fortalecer as posições técnicas no Codex Alimentarius, na Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (CIPF) da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), na Organização Mundial para a Saúde Animal (OIE), assim como a defesa dos interesses comerciais na OMC.

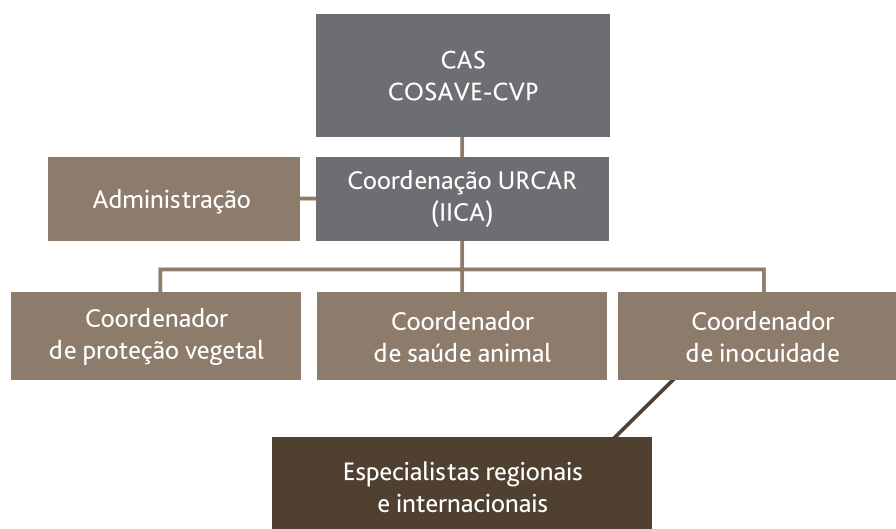
A Unidade Regional de Coordenação de Análise de Risco (URCAR) deveria concentrar-se na promoção de melhorias para diminuir os atuais problemas em termos de análise de risco, fornecendo aos países-membros os seguintes elementos:

- informações técnicas, científicas, ambientais, econômicas e contextuais;
- uma base de dados de análise de risco e informações científicas disponíveis sobre ameaças, riscos emergentes e outros aspectos relacionados;
- uma ampla base de conhecimento com um bom programa de capacitação;
- processos de análise de risco transparentes, com critérios conhecidos e informações claras, precisas, transparentes e documentadas e realizáveis em prazos previsíveis; e
- apoio ao cumprimento do princípio de transparência (notificação à OMC e consultas públicas).

As funções da URCAR seriam as seguintes:

- manter um diálogo permanente e coordenado com as unidades de análise de risco de cada país, criando uma rede regional de trabalho;
- proporcionar informações baseadas nas últimas descobertas científicas disponíveis a pedido dos serviços sanitários, das organizações regionais (COSAVE e CVP), ou por iniciativa própria. Tais relatórios científicos seriam independentes, referindo-se a questões de risco em matéria de saúde animal e vegetal e inocuidade dos alimentos, e aspectos relacionados. Serviriam de base para as avaliações de risco de cada país ou para decisões políticas regionais;
- promover e coordenar o desenvolvimento de metodologias uniformes de análise de risco nos países-membros;
- proporcionar apoio científico e técnico às autoridades do Mercosul, consistente com trabalhos científicos sobre a matéria (avaliação de critérios técnicos, por exemplo);
- prover apoio técnico para a preparação de planos de contingência e de procedimentos de gestão de crise;
- realizar estudos técnicos e científicos que sejam necessários para o cumprimento do trabalho da URCAR, evitando duplicações com os programas nacionais;
- criar uma base de dados técnicos e científicos atualizada sobre segurança alimentar, saúde animal e vegetal;
- desenhar e implementar programas de capacitação para os países;
- estabelecer os procedimentos que permitam a identificação e caracterização de riscos emergentes para contribuir com um sistema regional de alerta rápido;
- estabelecer redes regionais e globais com organizações que atuem no âmbito da segurança alimentar, saúde animal e proteção vegetal, através do intercâmbio de informação, conhecimento, coordenação de ações e projetos comuns; e
- contribuir para que o público e outras partes interessadas recebam informações confiáveis, objetivas e compreensíveis (comunicação do risco).

Figura 1: Estrutura (cenário ideal)



É central trabalhar em seis áreas:

- 1 institucionalização desse mecanismo regional no âmbito do Mercosul ou do Mercosul ampliado (CAS), que permita avançar efetivamente em relação ao tema;
- 2 fortalecimento das unidades nacionais de análise de risco;
- 3 apoio à criação ou formalização nos países-membros em que não existam locais para a análise de risco;
- 4 capacitação do pessoal da região na técnica de análise de risco, na harmonização/validação/equivalência dos sistemas de informações sobre diagnóstico, prevenção e controle das doenças animais e zoonoses, pragas vegetais e doenças transmitidas por alimentos;
- 5 definição de uma agenda prioritária de avaliações de risco em produtos para exportação com interesse regional e para mercados objetivos; e
- 6 definição de uma agenda prioritária de avaliações técnicas para estabelecer recomendações em temas críticos, que possam ter posições comuns regionais no âmbito da OMC, Codex, OIE e FAO-CIPF.

Em termos de funcionamento, a URCAR seria uma rede de coordenação, com uma unidade administrativa e serviços comuns e três áreas de especialização (saúde animal, sanidade vegetal e inocuidade de alimentos) e um manual único de procedimentos. A Unidade seria inscrita dentro da estrutura do CAS, em uma rede de coordenação autônoma dependente do nível político-regional do Conselho de Ministros, contando com uma estreita articulação público/privada no nível regional.

A URCAR não deve ter uma equipe científica permanente, mas deve elaborar uma lista de especialistas regionais e internacionais em condições de realizar esse tipo de assessoria e avaliação. Seriam realizadas reuniões periódicas de cientistas e avaliadores para tomar decisões e haveria uma estrutura mínima administrativa, mas esta poderia ser coordenada pelos escritórios do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), em Montevidéu (Uruguai), onde se situa o Programa de Sanidade Agropecuária e Segurança Alimentar, assim como a sede da secretaria técnica do CAS.

Modo operacional

A URCAR utilizaria os padrões internacionais da OIE, CIPF e Codex como recomendações para suas avaliações. No caso de temas específicos, para os quais não haja um padrão

definido ou sejam acordados novos padrões entre as partes, a URCAR apresentaria propostas, aprovadas por consenso, de padrões mínimos de exigência.

Juntamente com os responsáveis pela saúde animal, vegetal e de inocuidade, o coordenador zelaria pelo uso de recursos de forma eficiente e pelo cumprimento dos prazos previstos nos planos anuais aprovados pelas autoridades do CAS.

O trabalho da Unidade poderia contar com o intercâmbio de informações com instituições como OIE, FAO-CIPF, Codex, CVP, COSAVE, Organização Mundial da Saúde (OMS), União Europeia (UE), subgrupos no âmbito do Mercosul, universidades e centros de pesquisa e serviços sanitários.

A agenda anual de trabalho da URCAR seria aprovada pelo Conselho de Ministros do CAS na última reunião do ano anterior, por recomendações da reunião extraordinária anual conjunta entre COSAVE, CVP e diretores de inocuidade. A Unidade convocaria pesquisadores de cada especialidade com base na agenda de trabalho e fixaria os honorários e despesas de viagem para o desenvolvimento das atividades com base nos parâmetros do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ainda, a URCAR promoveria reuniões de trabalho virtuais dos foros científicos para diminuir os custos de traslados.

É possível que a URCAR atenda a consultas de setores exportadores que compartilhem dos mesmos interesses regionais, e cujos produtos tenham sido priorizados no âmbito do CAS.

As metas a serem definidas devem levar em conta os seguintes objetivos:

- gerar um programa de capacitação para funcionários das áreas de análise de risco de cada país, utilizando tecnologia *online*;
- apoiar a criação de unidades de análise de risco dos países que assim o solicitarem;
- capacitar até 50 funcionários por ano;
- desenvolver até 40 estudos por ano, considerando que as solicitações de produtos se repetem nos diferentes países;
- atender a todas as consultas do COSAVE e CVP; e
- desenvolver uma base de dados científica para uso das unidades nacionais de análise de risco.

Certamente, uma Unidade Regional ajudaria a promover uma integração sustentável da região no mercado mundial, questionando as barreiras sanitárias injustificadas e ampliando o acesso a mercados, tendo a ciência como base desse processo.



Gustavo Idígoras
Especialista em políticas
agrícolas internacionais do
Grupo de Países Produtores do
Sul (GPS).

Publicações



Foco no trabalho: Considerações-Chave de Política Comercial para a Cúpula do G20 em Hamburgo e Para Além Dela **ICTSD – julho 2017**

Este volume reúne especialistas renomados em uma compilação de recomendações políticas para os líderes do G20. Os estudos oferecem ideias inovadoras sobre como reforçar a liderança do G20 em prol da sustentabilidade na economia global. O volume concentra-se em quatro áreas: desafios futuros ao sistema multilateral de comércio; reforma do regime internacional de investimento; governança da economia digital; e soluções relacionadas ao comércio para mitigação e adaptação à mudança do clima. Algumas contribuições resultaram da participação dos respectivos especialistas em um seminário organizado pelo International Centre for Trade and Sustainable Development (ICTSD), realizado paralelamente ao encontro do Grupo de Trabalho do G20 sobre Comércio e Investimento em Berlim (Alemanha), em fevereiro de 2017. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



Negociações Agrícolas na OMC: o que esperar? **CNA – julho 2017**

A poucos meses da 11ª Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), que acontecerá em Buenos Aires (Argentina), em dezembro, este estudo busca identificar áreas em que é possível lograr avanços nas tratativas em agricultura. Na Rodada Doha, as negociações nessa seara são estruturadas em três pilares: i) acesso a mercado, eixo em que quase não houve avanço; ii) competição nas exportações, que apresentou avanço moderado na Ministerial de Nairobi (Quênia); e iii) apoio doméstico. Este Boletim analisa o potencial de avanço em cada um desses três pilares. Para acessar o documento completo em português, clique [aqui](#).



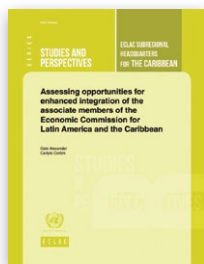
Investindo em Capacidades para o Comércio Inclusivo **OMC e OIT – julho 2017**

Em pesquisas anteriores, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) buscaram identificar os mecanismos por meio dos quais a globalização afeta trabalhadores e as medidas que os governos podem tomar para tornar a globalização mais inclusiva. Agora, a OMC e a OIT concentram-se nas conexões entre comércio e capacidades e entre comércio e políticas de desenvolvimento de capacidades. Nesse mais recente relatório, as organizações fazem uma análise da literatura teórica e empírica e discutem algumas das lições extraídas do Programa Capacidades para Comércio e Diversificação Econômica da OIT. Ainda, o relatório analisa ensinamentos a partir do trabalho mais geral desenvolvido pela OIT sobre sistema de desenvolvimento de capacidades. Para acessar o relatório completo em inglês, clique [aqui](#).



Comitês Nacionais de Facilitação do Comércio: Práticas e Desafios Atuais **OMC – junho 2017**

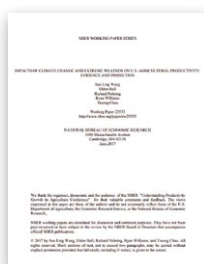
A publicação busca prover informação sobre experiências nacionais, melhores práticas e recomendações com respeito ao estabelecimento e funcionamento dos Comitês Nacionais (CNFCs). A análise foi desenvolvida com base nas experiências compartilhadas por mais de 35 palestrantes durante um seminário realizado na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 8 de junho de 2016, e nos resultados de um questionário eletrônico conduzido pelo Secretariado da OMC, que coletou informação sobre as práticas e desafios de 99 membros e 6 países em processo de acesso. O estudo busca auxiliar na definição do mandato e quadro institucional dos CNFCs, incluindo sua composição, participação do setor privado e papel do diretor. Ainda, oferece orientações para o funcionamento de longo prazo dos CNFCs. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



Avaliando Oportunidades para uma Melhor Integração dos Membros Associados da CEPAL

CEPAL – junho 2017

Como fase preliminar de ação em resposta à resolução que pede maior presença dos membros associados no trabalho da CEPAL, este estudo busca explorar desafios comuns enfrentados pelos membros associados não-soberanos e mapear opções estratégicas para melhorar seu nível de integração com organizações regionais e internacionais na subregião do Caribe. Além do mais, o estudo propõe formas de melhorar a integração dos membros associados por meio da cooperação Sul-Sul e outros mecanismos colaborativos com países vizinhos. Por fim, recomenda ações que tomam em consideração a particularidade de algumas circunstâncias observadas. Para acessar o documento completo em inglês, clique [aqui](#).



Impactos da Mudança Climática e do Clima Extremo sobre a Produtividade Agrícola dos Estados Unidos: Evidência e Projeção

NBER – junho 2017

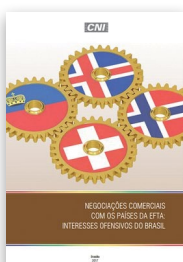
Com base em dados climáticos históricos, este artigo examina como mudança climática e clima extremo afetam a produtividade agrícola dos Estados Unidos. O estudo chega a quatro principais conclusões. Primeiro, cada estado experienciou diferentes padrões de mudança climática nos últimos cinquenta anos, com alguns estados encontrando condições mais secas e quentes do que outros. Segundo, quanto maior o índice de ondas de calor e quanto mais seco o clima, menor a produtividade. Terceiro, o impacto desses dois elementos é mais robusto sobre a produtividade do que sobre outras variáveis especificadas. Quarto, o artigo projeta impactos potenciais de mudanças de temperatura e nível de precipitação sobre a produtividade da agricultura dos Estados Unidos. Para acessar o artigo completo em inglês, clique [aqui](#).



Relatório da Comissão Europeia para o Parlamento Europeu sobre Barreiras ao Comércio e ao Investimento

Comissão Europeia – junho 2017

Este relatório mostra que, em 2016, foram erguidas 36 novas barreiras ao comércio e investimento contra a União Europeia (UE). Juntas, tais barreiras podem resultar em um aumento total de custos aos empresários europeus da ordem de € 27,1 bilhões. No entanto, em vista da estratégia de mercado da UE, 20 barreiras – incluindo algumas já duradouras – foram resolvidas em 2016, criando oportunidades de exportação de bilhões de euros. Para acessar o relatório completo em inglês, clique [aqui](#).



Negociações comerciais com os países da EFTA: interesses ofensivos do Brasil

CNI – maio 2017

O estudo fornece subsídios para ampliar o conhecimento do setor empresarial e governamental brasileiro em uma eventual negociação entre o Brasil e os países da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, sigla em inglês). São abordadas as seguintes áreas: i) as relações econômicas da EFTA com o mundo e o Brasil; ii) as políticas de comércio e investimento dos países da EFTA; e iii) os interesses brasileiros e os compromissos assumidos pelos membros da EFTA em acordos preferenciais. O documento é o primeiro de uma série que busca apresentar informações sobre a política comercial e os interesses do setor industrial brasileiro em negociações com parceiros específicos. Para acessar o documento completo em português, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Departamento de Assuntos Exteriores e
de Comércio da Austrália**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

ISSN 1813-4394

